

Candidatas a candidatas – em busca de novas evidências para a baixa representação política das mulheres no Brasil

Débora Thomé¹

Karine Belarmino²

Resumo

O Brasil registra o pior índice de presença feminina na Câmara dos Deputados entre os países latino-americanos. Esta pesquisa, com foco no viés de gênero da ambição política, analisa um banco de dados inédito (n=531) de um curso para mulheres com interesse em se candidatar. O principal objetivo é entender o que as motiva ou as influencia na decisão de concorrer a um cargo eletivo. Tal treinamento para mulheres com interesse em política aconteceu em 14 cidades médias e grandes de todo o Brasil em 2016, com vistas à eleição para prefeitura e câmara de vereadores. Com financiamento da antiga Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), 900 estudantes foram recrutadas localmente. Analisamos se as mulheres desse grupo com interesse em se candidatar apresentam diferentes probabilidades de concorrerem de fato a uma eleição no caso de terem um parente na política ou de participarem de movimento social. Identificamos que apenas a segunda é estatisticamente significativa como variável independente. Este trabalho descritivo e analítico busca variáveis que expliquem melhor a baixa presença de mulheres nos cargos eletivos no Brasil.

Palavras-chave: Gênero – Ambição Política - Representação – Recrutamento Político – Partidos Políticos

Abstract

Brazil has the worst rate of women presence in Lower Chamber in Latin America. This research analyses an unpublished survey (n=531) from a national course for aspirant women to try to understand what motivates and affects their decision to become or not to become a candidate. This training happened in 14 medium and big cities all over Brazil in 2016 and it was offered for women who have interest in politics and/or want to be candidates for municipal councilor and mayor. In this training, funded by the National Government, 900 students were recruited by a local institution for women. Our main hypothesis with the dataset was that to have a relative in politics or to be in a social movement improves the probability to these women to decide to run. We identify that just the second one is significant as an independent variable. Our work is descriptive and analytical, and tries to understand, by this group of women interested in politics, what brings women closer to be a candidate, as an effort to find more clues to the lack of Brazilian women in office.

Keywords: Gender - Political Ambition - Representation - Political Recruitment - Political Parties

Introdução

O Brasil é um dos países que registram as menores taxas de representação de mulheres na política. O relatório da Inter-Parliamentary Union (IPU), considerando as eleições de 2014 para o Congresso Nacional, apresenta o Brasil na 151^a posição (entre 193 países). A representação na Câmara de Deputados esbarra somente nos 10%: foram 51 eleitas deputadas para 513 cadeiras em 2014. Quanto ao Senado, são 13 senadoras eleitas para

¹ Doutoranda PPGCP-UFF / Visiting Scholar Columbia University

² Doutoranda University of Minnesota

81 cadeiras (16%). As proporções são baixas também nos cargos de prefeituras e governos dos estados. Atualmente, há apenas uma mulher governadora e, nas eleições de 2016, as mulheres foram 12,57% do total de candidatos à prefeitura e 11,57% do total de eleitos (elas governam 641 cidades, enquanto os homens são prefeitos em 4.898 municípios). O teto de vidro para as mulheres na política no Brasil é extremamente baixo.

Na América Latina, o Brasil é claramente um *outlier*. Os índices brasileiros são inferiores à média latino-americana. De acordo com o relatório de dados da IPU, a média de presença de mulheres nas Câmaras Baixas da região é de 28%. O Brasil, portanto, encontra-se na pior posição regional em presença de mulheres na câmara baixa.

Outros países da América Latina que também apresentam instituições e aspectos sociais e econômicos similares com o Brasil - como o tempo de voto das mulheres, voto proporcional, sistema pluripartidário, existência de cotas, máximo, entre outros - têm maiores taxas de representação feminina. Entre os 20 países de maior representação feminina do mundo, seis estão localizados na América Latina: Bolívia (a segunda maior), Cuba, Nicarágua, México, Argentina e Equador.

Mais de oitenta anos após a permissão constitucional para votarem e serem votadas no Brasil, a resistência do poder à entrada das mulheres ainda é gritante. O poder político, em todos os seus níveis, está sob o domínio do sexo masculino; os homens também são a maioria dos presidentes nacionais dos partidos e dos líderes de comissões.

Diversos estudos (Araújo & Alves, 2007; Wylie & Santos, 2016; Bolognesi & Perissinotto, 2009) indicam que a ausência de representação feminina no Brasil pode ser explicada por fatores multivariados, tanto de caráter pessoal quanto institucional, mas, em alguns casos, bastante correlacionados com os próprios preconceitos sociais. Avelar (2016) considera que as mulheres, dadas as dificuldades de entrada na política tradicional, acabaram conduzindo seus esforços na política para atuação via movimento social. Tal estratégia de representação extraparlamentar com a ação junto ao poder executivo teria efeito análogo ao da representação parlamentar, possibilitando a ampliação de seus direitos na sociedade. A representação no nível substantivo estaria, então, garantida. No entanto, tais explicações parecem não serem suficientes para justificar a quase ausência de mulheres nos cargos eletivos no Brasil.

Fatores de impacto na presença de mulheres

As pesquisas da ciência política listam alguns fatores que favorecem uma presença mais robusta de mulheres no poder político. Comparativamente, são enumeradas características do sistema político e da sociedade que podem aumentar as taxas de representação feminina. Essas variáveis já foram exaustivamente testadas de forma comparativa para os casos de vários países - e também se aplicam ao brasileiro.

A literatura internacional, na busca por encontrar causas prováveis para a manutenção da sub-representação das mulheres na política em diversos países, trabalha geralmente com algumas variáveis explicativas as quais favorecem – ou não - maior ou menor presença feminina nos cargos eletivos. Tais condicionantes, testados de forma exaustiva, já foram também aplicados ao Brasil. Sete deles foram sistematizadas por Stockemer (2008), contudo incluiu mais uma última variável que favorece a presença de mulheres: o sistema pluripartidário, que, com variação de tamanhos, tornam-se mais propensos a querer conquistar eleitores, o que facilitaria a inserção de novos atores, no caso, as mulheres (Araújo & Alves, 2007).

1. Quanto mais proporcional for o sistema eleitoral, mais chances têm as mulheres. O contrário vale para os sistemas distritais.
2. Países que promulgaram leis estabelecendo cotas legislativas são mais propensos à eleição de mulheres deputadas.
3. Quanto mais desenvolvido for um país, maior a representação de mulheres³.
4. Quanto mais tempo fizer desde que as mulheres obtiveram legalmente o voto, maior será a sua representação no parlamento.
5. À medida que as mulheres ocupam mais posições profissionais de liderança, sua representação política aumentará.
6. Quanto mais assentos ocupados pelos partidos de esquerda, mais mulheres serão representadas no parlamento.
7. Quanto mais igualitária e menos conservadora for a cultura política deste país, mais mulheres serão eleitas
8. O sistema pluripartidário é mais vantajoso que o de bipartidário.

³ Araújo & Alves (2017) contestam a relação mais ou menos direta entre desenvolvimento socioeconômico e maior participação política de mulheres. De acordo com os autores, “se os dados estatísticos de países considerados desenvolvidos já colocavam tal pressuposto em questionamento, a opção por submeter certas variáveis, como, por exemplo, o IDH e a escolaridade, a uma análise multivariada vem contribuir ainda mais para a desestabilização de concepções lineares acerca da conquista da igualdade de gênero”.

Quando analisadas todas essas oito hipóteses de forma independente, o Brasil se encontra (ou já esteve nos últimos anos) em situação mais favorável ou análoga a seus vizinhos. (exceto quanto à sétima e no que diz respeito à implementação de cotas, uma vez que o país apresenta apenas cotas para as candidaturas e não de entrada, tendo apenas poucas exigências a aspectos tais como verba de campanha e espaço na televisão).

Para além desses pontos, olhando do ponto de vista do eleitorado, tampouco se pode afirmar que existe uma rejeição clara ao voto em mulheres no Brasil. Pesquisas como World Values Survey (2009) ou o trabalho de Cavenaghi & Alves (2012) não reconhecem tal aversão. Pelo World Values Survey, apenas 6,7% dos brasileiros concordam enfaticamente com a ideia de que haveria uma superioridade dos homens quanto à habilidade política. O percentual é menor, inclusive, que o dos vizinhos latino-americanos. Cavenaghi & Alves (op.cit.), também com base em um *survey*, afirmam que não se pode dizer que os eleitores tenham uma percepção negativa preconcebida quanto ao desempenho das mulheres em cargos de governo: quase 84% dos eleitores entrevistados em sua pesquisa patrocinada pelo consórcio Bertha Lutz em 2010 afirmaram que votariam em uma mulher para presidente.

No que diz respeito ao Brasil, uma das conclusões mais importantes é que gasto em campanha bem como ter um mandato anterior têm um impacto enorme nas chances de um candidato (não importa o gênero) ser eleito. O alto custo de campanha é uma explicação central para a probabilidade de vitória e, portanto, a disponibilidade de financiamento é levada em conta no cálculo racional de se candidatar (Rennó & Pereira, 2013). Speck & Sacchet (2012), referindo-se a pesquisas de eleições nos Estados Unidos, ressaltam que as mulheres têm mais dificuldade de acesso a doações de campanha; este conhecido empecilho impacta negativamente – e previamente - o impulso de disputar qualquer pleito. Como existe um processo de retroalimentação das candidaturas, ou seja, o que dá mais chance de eleger um deputado ou deputada é o fato de essa pessoa já ter o mesmo cargo eletivo, isso fortalece a manutenção das taxas como já estão. Assim, Araújo e Borges (2012) concluem que, quando uma campanha recebe investimentos de mais de R\$ 1 milhão, é mais provável que mulheres sejam eleitas.

Araújo (2005, 2008), pesquisando intensamente, há mais de uma década, o tema das cotas no legislativo para mulheres, argumenta que fatores ideológicos e organizacionais são fundamentais para que as cotas possam exercer seu efeito de aumentar a presença de candidaturas de mulheres viáveis na política. Isso porque há uma reação inercial dos

dirigentes em manter o *status quo*, ou seja, com a predominância masculina. “Fóruns decisórios não formais e mais coletivos podem funcionar como fator de pressão para a preservação de compromissos que ultrapassam o momento eleitoral” (Araújo, 2005).

Nesse sentido, as cotas no Brasil se veem com mais um desafio, uma vez que, em uma competição em lista aberta e bastante concentrada nos indivíduos, há menos incentivos para investimentos partidários nas candidatas mulheres. A conclusão da autora é de que as cotas têm baixo potencial para atuar nessa esfera. Além disso, Araújo & Borges (2013) concluem que as cotas não têm papel decisivo, principalmente, no que diz respeito à viabilidade da eleição, sendo residuais no recrutamento efetivo.

Na prática, as candidaturas costumam ser pouco competitivas e sem apoio do partido (Feitosa, 2012). Além disso, muitas das candidatas apenas atuam como “laranjas”. Uma das evidências de como isso funciona pode ser verificada olhando os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições municipais de 2016. O TSE identificou que 16.131 candidatos não tiveram nenhum voto. Mais interessante: 89,3%% deles, ou 14.417 pessoas, eram mulheres. Esses nomes, na verdade, são incluídos pelo partido apenas como forma de cumprir a cota, mas sem que se deem a essas mulheres os recursos necessários ou os incentivos para realizarem, de fato, uma campanha (Ilha, 2016).

Embora as regras eleitorais e os arranjos institucionais tenham um impacto enorme nas chances de uma mulher ser eleita, segundo Araújo (2005), as variáveis mais importantes para o caso brasileiro para o êxito de uma mulher na política são o peso do partido e o capital social individual da mulher.

Como se nota, existem várias pistas para o desvio brasileiro, entre elas, o péssimo desenho das cotas parlamentares⁴, mas poucas são as pesquisas que deslocam o olhar em busca de novas variáveis para entender a baixíssima presença de mulheres com perfil competitivo na disputa política no Brasil.

Motivos da representação

Segundo a teoria política, há três aspectos fundamentais da presença de mulheres – isto é, para a representação feminina - nas esferas de poder político. Assim, a representação

⁴ Para aprovar o projeto de lei, de iniciativa de Marta Suplicy, então deputada pelo PT-SP, as candidaturas totais dos partidos puderam aumentar em 20% e, em vez da proposta inicial de 30%, conseguiram aprovar inicialmente 20% de mulheres candidatas (Borba, 1998).

pode ser: *descritiva*, ou seja, de tal forma que se assemelhe à própria presença na sociedade; *substantiva*, ao considerar que um grupo potencialmente representa melhor as suas próprias demandas, construindo agendas específicas; ou, por fim, a representação pode ter o efeito *simbólico*, ao gerar impacto positivo na própria representação futura nesta sociedade (Franceschet, 2008).

Entender melhor a representação feminina se faz mister: tanto no que diz respeito ao acesso ao poder quanto na forma de governar *per se*. As evidências empíricas e teóricas sugerem que a presença maior de mulheres vai muito além de uma questão de justiça e igualdade desprovida de significado; é, sim, estruturante da própria ideia de democracia e origem de uma agenda de políticas que pode beneficiar não só as mulheres como toda a sociedade (Htun et al, 2013; Besley et al., 2017). Mesmo a representação descritiva é importante tanto substantivamente quanto simbolicamente (Mansbridge 1999 apud Franceschet, 2008), ainda que os interesses das mulheres possam ser algo um tanto quanto difuso, o que dá maior complexidade a tal regra geral.

Ainda neste campo, mas em outra direção, algumas vertentes de pesquisa que discutem a importância de uma política mais “feminina” acabam indo pelo mau caminho de essencializar o fato de ser mulher, justificando a necessidade da sua presença por características que a fariam mais idônea e ética, além de menos bélica, na prática da coisa pública. As mulheres teriam, portanto, mais “pureza” para “limpar o jogo sujo da política”.

Em um espaço em que os homens são quem detêm o poder, aumentar a representação institucional das mulheres significa poder transformar as agendas de forma a estar mais atento às necessidades das mulheres (Miguel, 2011). A ausência das mulheres torna-se, por si mesma, “um signo de subalternidade”. Além disso, ainda que tenham diferentes experiências de vida (de acordo com sua raça, classe social, orientação sexual), as mulheres têm vivências similares diante dos desafios de suas trajetórias e de políticas prioritárias para atender as suas necessidades.

Bourdieu (2002), em sua obra “A dominação masculina” considera o poder como resultante de uma repetição das regras de sociabilidade, que trazem consigo o caráter de dominação e poder. Esta reprodução quase imperceptível seria justamente o “habitus”. Quanto mais um dos praticantes domina este jogo, mas ele terá condições de seguir exercendo sua dominação sobre os demais.

O estudo das mulheres e política se torna importante, portanto, não porque seriam as mulheres dotadas de alguma “especialidade”, mas, sim, porque socialmente elas são relegadas a um papel de subalterno, prejudicado pelas estruturas de relação de poder.

Lijphart (apud Matos, 2016) afirma que “A igualdade política é um objetivo básico da democracia, e assim, o seu grau constitui um indicador importante de qualidade da democracia”. Matos (2016) argumenta que o caminho no sentido da igualdade política entre os sexos é um dos eixos mais evidentes deste processo contínuo de busca de uma democracia mais aprimorada.

O Estado não é o único espaço de exercício de poder em uma sociedade. Ao contrário, ele pode ser identificado como o retrato - ou mais um ator - de todo um sistema de forças concorrentes, as quais, na maior parte das vezes, encontram-se bem estabelecidas em seus papéis. Os mecanismos de poder estruturados ajudam a solidificar uma relação de dominação masculina, que mantém as mulheres longe também dos espaços públicos de disputa e do poder político.

Ainda que se entenda que a igualdade política das mulheres não se inicia, nem se esgota, nas eleições e no parlamento, a representação e o acesso aos cargos políticos – mais especificamente às cadeiras de deputada federal – será o eixo aqui proposto.

Objetivos

Funk et al. (2017) e Wylie & Santos (2016) argumentam que, nos últimos anos, os estudos políticos e de mulheres na América Latina concentraram seus esforços na compreensão do impacto das cotas nos vários países da região, dando menor atenção à dinâmica interna de recrutamento e dos partidos. Grande parte dos trabalhos, tratava da elaboração, implementação, eficiência e dos resultados das cotas parlamentares, implementadas no Brasil no nível nacional a partir de 1997⁵.

Tal literatura prestava, portanto, menos atenção ao fato de que os partidos agem reprimindo intenções e controlando posições de poder. Araújo (2005) afirma que "o grau e tipo de organização interna de cada partido é fundamental para facilitar a inserção das mulheres e criar condições de competição". Nos partidos, as seleções são feitas pelos

⁵ No Brasil, a lei 9.100 de 1995 estabeleceu que 20% das vagas nas listas partidárias para as Câmaras de Vereadoras deveriam ser preenchidos por mulheres. A Lei 9.504, de 1997, aumentou para 25% a cota e expandiu para todas as assembleias e câmara dos deputados. A partir de 1998, ela chegou a 30%.

líderes, reduzindo os candidatos a um universo muito menor de possibilidades (Bolognesi & Perissinotto, 2009).

Temos também que considerar que, no Brasil, os partidos são uma condição *sine qua non* para a participação da disputa política e eles não podem ser entendidos como instituições neutras, tendo também seu viés de gênero. "Esse viés afeta as mudanças institucionais e como os atores políticos agem diante dessas mudanças " (Araujo, 2008). Os processos de seleção de candidatos descentralizados, como o caso brasileiro, enfraquecem as perspectivas de inclusão de mulheres devido à influência dos monopólios locais de poder, que geralmente são controlados por homens. (Hinojosa, 2012).

Dados nacionais identificam que poucas mulheres são líderes partidárias no nível municipal e apenas 13,3% do total dos líderes municipais que decidem se candidatar são mulheres (Borba & Cervi, 2017).

Partidos - Líderes de nível local que se candidatam

	N	%
Homem	103.697	86,7
Mulher	15.958	13,3
Total	119.655	100,0

Fonte: TSE

Buscar variáveis para entender como os partidos criam oportunidades - ou barreiras - para as mulheres nesse contexto de viés de gênero é uma agenda de pesquisa necessária para um melhor conhecimento da realidade política brasileira. A fim de compreender as origens dessa interação, incluindo os não-incentivos, a dinâmica de gênero dos partidos regionais deve ser levada em conta (Wylie & Santos, 2017). Existe, portanto, um amplo espaço para mais pesquisas sobre mulheres e política com uma abordagem institucionalista, com olhar voltado para uma leitura de gênero da ambição política no país.

Este trabalho, portanto, concentra-se no processo que precede as eleições, tentando identificar o perfil das potenciais candidatas e dando enfoque à dinâmica de recrutamento e incentivos dos partidos.

As perguntas principais desta pesquisa são: 1) o que incentiva uma mulher a se candidatar (ou não) e 2) o que mantém (ou rechaça) as mulheres no ambiente da política formal? Da mesma forma, há uma tentativa de identificar quando ou por que as mulheres decidem abandonar suas pretensões a um cargo eletivo, ou mesmo sequer arriscar a candidatura. E, finalmente, entender os motivos por que as barreiras parecem intransponíveis no caso brasileiro.

Por isso, é fundamental entender melhor quantitativamente e qualitativamente as mulheres aspirantes a candidatas e as estruturas partidárias que constituem o recrutamento de mulheres e o apoio a mulheres candidatas.

Uma das maneiras de fazer isso é observar mulheres que têm um potencial interesse em política; seu perfil e suas trajetórias.

Dados e desenho de pesquisa

O estudo de indivíduos com propensão para a candidatura política nunca foi de fácil realização, posto o potencialmente inumerável volume de pessoas com distintos perfis que podem vir a concorrer a cargos eletivos. Algumas pesquisadoras optaram por fazer experimentos com grupos com profissões mais propensas à candidatura (como advogados, por exemplo).

No entanto, para este trabalho, propomos utilizar um *survey* inédito respondido por 531 mulheres que participaram dos “Seminários Mulheres na Política”, realizado no primeiro semestre de 2016, ministrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e financiado pela antiga Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM).

O curso intensivo de três dias foi lecionado em 14 cidades (13 capitais e Niterói, no Rio de Janeiro)⁶, de estados em todas as regiões, de forma não concomitante. Cerca de 900 mulheres de diferentes afiliações partidárias participaram do treinamento que continha desde informações sobre história das mulheres até preparação de campanha, passando por temas do feminismo e políticas públicas para as mulheres, entre outros assuntos. Essas alunas foram recrutadas pelos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPM) locais.

⁶ Os dados do *survey* se referem a 13 cidades, uma vez que os questionários do Recife foram extraviados.

A condição para participar era ter interesse em se candidatar nas eleições municipais – fosse para vereadora ou prefeita – ou nas vindouras.

A pesquisa feita ao final do curso contém informações sobre aspectos como idade, estado civil, filhos, educação, mas também se refere a alguns temas da política *per ser*, como ter um parente como político ou participar de um movimento social.

Este trabalho, portanto, parte de um perfil descritivo e analítico desse grupo, tentando mapear aspectos comuns entre essas mulheres interessadas em política.

Uma vez que as participantes informaram seus endereços de e-mail, uma nova rodada ampliada do *survey* está sendo realizada neste momento com as integrantes do curso, usando como base a estrutura do questionário de Shames, Bernhard e Teele (2018). Tais pesquisadoras inquiriram e analisaram um *survey* respondido por mulheres democratas que participaram de um treinamento semelhante nos Estados Unidos, onde a sub-representação das mulheres também é notória (são o 99º em 193 países).

Em sua pesquisa, as autoras concluíram para o grupo analisado que: 1) 80% das mulheres que ainda não concorreram planejam fazê-lo no futuro em até dois anos; 2) As que tentam são muito bem-sucedidas: 60% se elegeram; 3) Muitas mulheres decidem se candidatar quando estão mais velhas, possivelmente porque diminuem as responsabilidades com a maternidade; 4) Ter que trabalhar impede que muitas mulheres tenham tempo livre para se dedicar à disputa de uma campanha (principalmente se são elas a de maior renda da casa), e o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal também é uma preocupação.

Logo, no intuito de encontrar alguma comparabilidade entre os casos de Brasil e Estados Unidos, bem como para aprofundar o conhecimento a respeito de informações tais como preferências partidárias, barreiras nos partidos, religião, detalhamento da participação em movimento social, sucesso (ou não) na candidatura, entre outros aspectos, está sendo levada a cabo esta segunda ronda.

Resultados – Survey inicial (n=531)

Os resultados observados na pesquisa mostram que o maior percentual de participantes (31%) tinha, na época do seminário, entre 41 e 50 anos; o segundo maior grupo (25,8%) estava na faixa dos 31 e 40 anos.

Idade

Idade	Total	%
< 20	5	10
21-30	46	9,6
31-40	124	25,8
41-50	149	31
51-60	113	23,5
> 60	43	9

Quanto à cor/raça, considerando a soma de pretas e pardas, a maioria de 66% se encaixa na categoria “negra”. Tal prevalência ocorre também na população como um todo, mas num percentual mais próximo aos 55%.

Cor/raça

	Total	%
Parda	170	34
Preta	160	32
Branca	159	32
Indígena	13	3

Do total de mulheres que cursaram o treinamento, 67,7% concluíram a faculdade. Esse percentual está bem acima da média nacional (em torno de 20%). Nesse mesmo quesito, fica claro que ter menos anos de educação (ser graduada não era uma exigência do curso) parece afastar as mulheres da política formal (Melo et al., 2017). Olhando os dados por dentro, notamos que as taxas de graduação são mais altas nos estados do Sudeste. Em São Paulo, 82,5% das mulheres concluíram a faculdade. No Rio de Janeiro, foram 73,5% das participantes. A maioria das participantes (91%) tem um trabalho remunerado.

Nível educacional

Nível educacional	Total	%
< Ensino Básico I	9	1,7
Ensino Básico I	18	3,4
Ensino Médio	144	27,1
Graduação	359	67,7

Em relação ao estado civil, 56% responderam que não eram casadas, 29% afirmaram ser solteiras. Em apenas em 3 das 14 cidades, as mulheres casadas eram a maioria do curso: Rio Branco, Manaus e Teresina. São Paulo e Belo Horizonte apresentam as menores taxas de mulheres casadas.

Estado civil

	Total	%
Casada	227	44
Solteira	205	39
Viúva	17	3
Divorciada	70	13

A grande maioria dessas mulheres tem filhos: 83,4%. Deste grupo, 60% têm filhos com mais de 14 anos de idade.

A partir dessas informações, podemos inferir que as mulheres participantes do curso apresentam nível educacional maior que a média da população, têm filhos e não têm um companheiro/a em sua maioria. A política não é sua primeira ocupação. As respostas sugerem que elas encaixam tal atividade em sua vida bastante ocupada e exigente.

Do total, 77% das mulheres responderam que participam de movimentos sociais; enquanto 29,2% relataram ter parentes na política (na maior parte dos casos, 37,5%, tratavam-se de primos).

Parente na política

	Total	%
Prima/o	48	37,5
Mãe/Pai	16	12,5
Irmã/o	14	10,9
Mulher/Marido	13	10,2
Sobrinha/o	11	8,6
Tia/o	11	8,6
Cunhada/o	9	7
Filha/o	5	3,9
Madrasta/Padrasto	1	0,8

Mesmo ao final do curso, apenas um terço das entrevistadas afirmou querer disputar as eleições daquele ano de 2016 (eleições municipais), mas a porcentagem sobe para 47,2% quando questionadas sobre próximas eleições.

Entre as que decidiram partir para a disputa do cargo, 30% têm parentes na política e 83% participam de movimentos sociais.

Rio Branco	75%	25%	16
Salvador	96%	4%	27
São Paulo	80%	20%	15
Manaus	70%	30%	20
Belo Horizonte	100%	0%	15
Campo Grande	100%	0%	10
Fortaleza	87%	13%	15
Teresina	100%	0%	11
Nitéroi	71%	29%	17
São Luís	61%	39%	23
Florianópolis	75%	25%	16
Macapá	78%	22%	18
Goiânia	100%	0%	24
Total	83%	17%	227

Usaremos os dados da segunda rodada de perguntas para tentar mapear fatores que tornam a intenção da candidatura mais propensa a mulheres nesse grupo. Inicialmente, identificamos que participar do movimento social é uma variável estatisticamente significativa para que elas decidam se candidatar.

Resultados (bastante) preliminares – Segundo survey

Em meados de junho um novo questionário, com 30 questões, foi enviado às participantes do curso para identificar novos padrões. As respostas ainda estão sendo recebidas, mas entre as informações novas, já há alguns padrões em destaque:

- 79% das respondentes afirmaram quanto à crença religiosa “acreditar muito e frequentar às vezes” ou “acreditar muito e frequentar muito”
- 66,67% das que se candidataram afirmam ter recebido pouco (16,67%) ou nenhum (50%) apoio do partido.

- Na mesma questão: “Quais os quatro principais motivos que dificultam que as mulheres sejam candidatas e eleitas no Brasil?”

- 89,4% responderam que o alto custo da campanha;
- 84,21% destacaram a falta de apoio dos líderes dos partidos;
- 57,9% mencionaram a violência contra mulher na política

Considerações finais

Este é um trabalho em progresso com bastante potencial de análise dentro do campo de ambição política. Ele vai em busca de um entendimento mais aprofundado dos motivos que levam mulheres brasileiras a decidir – ou não – pela candidatura. O objetivo final é entender se há barreiras mais resistentes no Brasil para a participação feminina, assim como para a entrada na política institucional de candidatas competitivas.

Por ora, a principal conclusão é que, dentro desse grupo, participar de movimento social é o determinante significativo para uma mulher interessada em política decidir se candidatar. Em um próximo momento, com as respostas do segundo *survey* será possível trabalhar com mais inferências e análise das respostas abertas.

Em um terceiro momento, a pesquisa partirá para as entrevistas individuais com algumas das participantes que decidiram se candidatar e com as que optaram por não concorrer a um cargo. Com as entrevistas estruturadas, pretende-se recolher mais informações sobre suas trajetórias, incentivos e obstáculos dentro dos partidos. Por meio dessas entrevistas, o objetivo principal é identificar os fatores que favorecem ou dificultam a candidatura (e eventual eleição para o cargo)

A última parte incluirá entrevistas com as lideranças partidárias, como forma de analisar o mesmo fenômeno, também tentando encontrar evidências de que barreiras fazem as mulheres um personagem tão raro e distante dos espaços de poder político no país.

Referências Bibliográficas

ALVES, J.E.D. Diferenças sociais e de gênero nas intenções de voto para presidente em 2010. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/SPM. p.21-46. 2012

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia Política**, n.24, 2005.

ARAÚJO, C. & ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Revista Dados**. Rio de Janeiro. v.50, p.535 - 578, 2007.

ARAÚJO, C. Por que las cuotas no funcionan en Brasil? In: TOBAR, M (ed). **Mujer y Política**. El impacto de las cuotas de gênero em America Latina. Santiago, Catalonia.2008.

ARAÚJO, C. & BORGES, D. O “gênero”, os “elegíveis” e os “não-elegíveis”: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/SPM, p.337-386. 2012.

ARAÚJO, C. & BORGES, D.. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010. **Rev. Sociol. Polit.** [online] vol.21, n.46, pp.69-91. 2013.

AVELAR, L. Onde as mulheres se representam? Avenida da representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. **Revista Gênero**. v.4, n2. Niterói, 2016.

BOLOGNESI, B.; PERISSINOTTO, R. M. . O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. **Revista Mediações (UEL)**, v. 14, p. 1, 2009.

BOLOGNESI, B.; PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. Reclutamiento político en Brasil Mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 61, p. 247-278, 2016.

BORBA, A. Legislando para mulheres. In: Angela Borba et alii, org. **Mulher e política - Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998.

BORBA, F & CERVI, E. O perfil sociodemográfico dos membros dos diretórios partidários municipais. Trabalho a ser apresentado no Encontro da Anpocs, 2017.

CAVENAGHI, S.&ALVES, J.E.D. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Org.). Quem vota em quem: um retrato das intenções de voto nas eleições para presidente em setembro de 2010. **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/SPM, 2012.

FEITOSA, Fernanda. A participação política das mulheres nas eleições de 2010: panorama geral de candidatos eleitos. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/SPM. p.139-166. 2012.

FRANCESCHET, S. Promueven las cuotas de género los intereses de las mujeres? El impacto de las cuotas en la representación substantiva de las mujeres. In: TOBAR, M (ed). **Mujer y Política**. El impacto de las cuotas de género en América Latina. Santiago, Catalonia.2008.

FUNK, K et al. Still Left Behind: Gender, Political Parties and Latin America's Pink Tide. Apresentação no Congresso da Latin American Studies Association (Lasa). Lima, Peru, 2017.

GATTO, M. The Variation of Quota Designs and Their Origins in Latin America (1991–2015). In Došek, T., Freidenberg, F., Caminotti, M., Muñoz-Pogossian, B. (Eds.). **Women, Politics, and Democracy in Latin America**. pp.45-65. 2017.

HINOJOSA, M. Increasing Women's Representation in Politics. 2012. Disponível em: <http://www.americasquarterly.org/increasing-womens-representation-in-politics>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

HINOJOSA, M. *Selecting women, electing women: political representation and candidate selection in Latin America*. Temple University Press, 2012.

HTUN, M. What It Means to Study Gender and the State, *Politics and Gender* 1, no. 1: p.157-166. 2005.

HTUN, M. & PSICOPO, J. Women and Politics and Policy in Latin America and the Caribbean. Conflict Prevention and Peace Forum. **CPPF Working Papers on Women in Politics**, no. 2. Social Science Research Council. New York, NY, 2014.

ILHA, F. TSE apura 16 mil candidatos sem voto e uso de 'laranjas' para cumprir cota feminina. 2016 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas->

noticias/2016/12/14/ministerio-publico-investiga-128-candidatas-que-nao-receberam-nenhum-voto-no-rs.htm. Acesso em: 5 de jun. 2017.

INGLEHART, R. & NORRIS, P. The Developmental Theory of Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective. **International Journal of Political Science**, Thousand Oaks, v. 21, n. 4, p. 441-463. 2000.

IVERSEN, T & ROSENBLUTH, F. **Women, work, and politics: the political economy of gender inequality**. Yale University Press, 2011.

KROOK, M.L. La adopción e impacto de las leyes de cuotas de género: una perspectiva global. In: TOBAR, M (ed). **Mujer y Política**. El impacto de las cuotas de género em America Latina. Santiago, Catalonia.2008.

MATOS, M. Apresentação do Centro do Interesse Feminista e de Gênero (CIFG) e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem). UFMG, 2016.

MELO, H.P. et al. Mulheres e política: reflexões sobre uma ação afirmativa. TD 327 UFF/Economia.. Jul, 2017.

MIGUEL, L.F. Mulheres e espaços de poder no Brasil. In: **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fund. A. de Gusmão, p. 139-155, 2011.

NORRIS, P. & LOVENDUSKI, J. **Political recruitment: Gender, race and class in the British Parliament**. Cambridge University Press, 1995.

RENNÓ, L. & PEREIRA, C. Successful Re-election Strategies in Brazil: The Electoral Impact of Distinct Institutional Incentives. **Electoral Studies**, 22:3, pp. 425-448, 2003.

RENNÓ, L. & PEREIRA, C. Should I Stay or Should I Go? Explaining Political Ambition by Electoral Success in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, Vol 5, n3. 2013.

ROSEN, J. The effects of political institutions on women's political representation: A comparative analysis of 168 countries from 1992 to 2010. *Political Research Quarterly* 66.2: p.306-321. 2013.

ROSENBLUTH, F., KALLA, J., & TEELE, D. The Female Political Career. In **Women in Parliaments Global Forum and the World Bank** (Vol. 11). 2015.

SANCHEZ, B. Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2016.

SANTOS, Fabiano, PAULA, Carolina e SEABRA, Joana. Cotas e movimentos sociais nas estratégias partidárias de inserção das mulheres na vida parlamentar. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/SPM. p.283-314. 2012.

SHAMES, BERNHARD & TEELE (2018). To Emerge? Why highly qualifies women don't run for office. Apresentação Departamento de Ciência Política. Columbia University. NYC. 2018.

SPECK, B. W.; SACCHET, T Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (Org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/SPM, 2012. p.167-206.

STOCKEMER, D. Why are there differences in the political representation of women in the 27 countries of the European Union? Perspectives on European Politics and Society, 8:4, 476-493. 2008.

TOBAR, M. **Mujer y Política**. El impacto de las cuotas de gênero em America Latina. (Introdução). Santiago, Catalonia.2008.

WYLIE, K. & SANTOS, P. A Law on Paper Only: Electoral Rules, Parties, and the Persistent Underrepresentation of Women in Brazilian Legislatures. **Politics & Gender**, 12(3), 415-442. 2016.